



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

30 DE OUTUBRO DE 1975

IMPROVISO NA ASSINATURA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE O BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO E A COMPANHIA ESTADUAL DE SANEAMENTO BASICO. SAO PAULO, SP.

Antes de encerrar esta cerimônia, quero pronunciar algumas palavras. Quem tem o encargo de administrar, defronta-se inevitavelmente com graves problemas. Um deles é o de compatibilizar os recursos com os problemas a resolver. Imaginem como este dilema se apresenta para quem tem o encargo e a responsabilidade de governar um país como o Brasil, com 8 milhões 500 mil quilômetros quadrados e uma população superior a 100 milhões de pessoas.

E um país pobre, carente de uma infinidade de coisas, país em plena expansão e desenvolvimento.

Problemas de toda ordem, ensino, agricultura, pecuária, abastecimento, balanço de pagamentos, importação e exportação, geadas, enchentes, secas; além dos problemas políticos, que existem sérios, e às vezes prevalecem.

Em função desses problemas muito complexos, estabelecer prioridades e dosar os meios causa insônia em quem tem noção de responsabilidade e não quer usar o Poder para distribuir benesses.

Entre os que sobrelevam está o problema urbano, agravado pelo êxodo do campo, provocado pela introdução da tecnologia e pela industrialização das

cidades, a exercer uma sedução, muitas vezes enganosa.

Não escapamos a esses problemas universais. Nossas cidades crescem, a infra-estrutura não acompanha esse crescimento: tráfego, água, esgotos, escolas, questões que provocam o agravamento da saúde pública. Neste quadro temos que olhar com mais atenção para o problema urbano, o que já consta do II PND, em vigor desde janeiro deste ano; portanto, há poucos meses.

O PND não é um plano rígido, mas flexível, capaz de se adaptar inclusive às situações difíceis, às nuances da conjuntura, quando o mundo atravessa uma crise econômica, à qual me referi em recente pronunciamento pela televisão.

Estamos atentos para que esta crise externa não se transfira integralmente para o país, adotando fórmulas para minimizar seus efeitos.

A questão da saúde é fundamental nas cidades, e tem sua origem na deficiência de água, esgoto, saneamento e, sobretudo, alimentação. Sancionei hoje lei aprovada pelo Congresso Nacional, estabelecendo que o Ministério da Saúde proceda a vacinação e enfrente outros problemas de sua responsabilidade em colaboração com as Secretarias de Estado. Quando se cogitou do nome de Paulo Egídio Martins para o Governo de São Paulo, o primeiro problema que ele me trouxe foi o da poluição da água, dos esgotos, da Represa Billings. Assumi

com ele o compromisso de resolver esse problema, por afetar mais de 10 milhões de brasileiros.

É objetivo do Governo federal dar prioridade ao saneamento básico e, se Deus quiser, este programa assinado hoje não falhará. O principal instrumento para sua execução é o BNH, que vem sendo acusado de «desviar» seus recursos: ao invés de só construir casas, implanta redes de água e esgotos. Quem faz casas sem água e esgotos, que são sistemas básicos para um conjunto habitacional e devem até mesmo precedê-lo?

Esse «desvio» de recursos eu o aprovo e foi feito em boa hora — e não em meu Governo, mas sim no anterior, do eminente Presidente Médici, que criou o PLANASA. Espero que esse dinheiro seja bem empregado em proveito do povo de São Paulo.